

CAPÍTULO I

Raízes de Reflexão: Introdução a um Olhar sobre o Mundo

O primeiro capítulo é sem dúvida o mais lido da história dos livros. E este não será uma exceção. É por isso que escolhi um tema fundamental, tão essencial que gozará de uma imunidade total aquando da reorganização do livro, após a conclusão do trabalho. Nos últimos anos, tomei inúmeras notas, que segmentei cuidadosamente em doze matérias, todas interligadas por um fio condutor: a falta de exigência. Mas, longe de ser uma crítica estéril, esta constatação é um convite. A exigência, para mim, é uma bússola, uma forma de apontar sempre mais alto, de crescer. Este capítulo, dedicado ao conceito de vida, é o alicerce desta reflexão. É uma declaração de intenções, uma promessa de elevar as nossas perspetivas e inspirar uma mudança positiva.

A teoria do absurdo

E se a beleza da vida residisse na sua cor? Esta primeira pergunta, embora à primeira vista possa parecer estranha, ilustra perfeitamente o que orienta o meu trabalho de escrita. Reflete a minha vontade de olhar para a nossa existência com novos olhos, questionando os fundamentos, as teorias e até as certezas que moldam o nosso mundo. Mas esta abordagem não se limita a isso: inclui também visões e mentalidades minoritárias, frequentemente marginalizadas, mas essenciais para uma compreensão global. A esta reflexão inicial, acrescento uma segunda pergunta, igualmente crucial: porque devemos salvar o planeta? Neste capítulo, vou explorar as bases destas duas questões, de forma a demonstrar a sua relevância e importância na nossa visão do mundo.

Desde sempre, o espaço exerce uma fascinação sobre a humanidade. Das civilizações antigas, que observavam as estrelas em busca de respostas, aos bilionários contemporâneos que sonham em conquistar outros mundos, esta curiosidade mantém-se inabalável. Graças a estas explorações e a esta busca incessante, temos hoje uma imagem

precisa dos planetas que compõem o nosso sistema solar. No entanto, uma observação é evidente: entre todos, a nossa Terra parece ser a única a escapar à monotonia das tonalidades monocromáticas. Este detalhe, longe de ser trivial, convida a pensar que o "planeta azul" pode ser o mais belo de todos os que conhecemos. Embora alguns planetas apresentem nuances, nenhum iguala a riqueza da paleta contrastante que o nosso mundo oferece, reflexo direto da vida que o habita.

Se considerarmos apenas o critério estético, é possível que o planeta Terra não seja unanimemente considerado o mais belo – afinal, as preferências em relação à beleza são subjetivas. No entanto, quando se trata das suas características únicas, é difícil negar que se destaca de todos os outros. O que torna a Terra um planeta tão fascinante e rico não é apenas a sua cor, mas a vida que alberga. É esta vida que lhe confere todo o seu sentido e valor. Apesar de as respostas à crise climática serem muitas vezes tímidas e lentas, a ideia fundamental parece universalmente aceita: a preservação da vida na Terra é uma prioridade que transcende fronteiras e diferenças.

Existe uma consciência global dos desafios que o nosso planeta enfrenta, embora alguns países pareçam mais preocupados do que outros. Aqueles que mais se dedicam concentram-se frequentemente nas questões internas dos seus próprios territórios, ignorando o impacto ambiental dos produtos que importam. Como diz o velho ditado, *"o que os olhos não veem, o coração não sente"*. No entanto, é difícil ignorar que a vida na Terra está gravemente ameaçada. Embora ainda não tenha desaparecido totalmente, estamos a correr, há décadas, riscos que comprometem a sobrevivência da nossa espécie. Quando reflito sobre a falta de reações perante questões tão vitais, encontro duas linhas principais de resposta que merecem ser exploradas.

A primeira é a seguinte: por que razão a Terra não poderia, simplesmente, tornar-se um planeta sem vida, como tantos outros no universo? Esta questão pode parecer absurda à primeira vista, quase provocante. No entanto, quando refletimos, ela não é assim tão fácil de refutar. Levanta questões profundas sobre a nossa relação com a vida e sobre o que estamos dispostos a fazer para preservar aquilo que torna o nosso planeta único.

O nosso planeta azul é composto por 72% de água, um elemento fundamental não apenas como fonte de vida, mas também na criação dessa riqueza visual que o torna único. Se a água é, à superfície, a base da vida, ela desempenha também um papel crucial no processo de absorção de dióxido de carbono, que pode ficar preso nos nossos oceanos durante quase um século. O objetivo aqui não é promover uma corrente ecológica específica, mas é difícil negar a evidência: os estudos acumulados ao longo de décadas convergem ao afirmar que o aquecimento global é uma ameaça séria.

Vejamos o exemplo dos recifes de coral, cuja progressiva extinção foi durante muito tempo associada apenas a uma perda estética, reduzindo o impacto a fotografias subaquáticas que já não poderíamos capturar. Na realidade, a sua extinção é bem mais significativa: figuram entre as primeiras espécies vitais a desaparecer, sendo particularmente sensíveis às variações de temperatura. Este sinal de alerta não deve ser tomado de ânimo leve. E, quando falo aqui das primeiras espécies a desaparecer, não posso deixar de sublinhar uma verdade perturbadora: a ação do homem sobre o clima é muito mais rápida e devastadora do que as próprias variações naturais de temperatura.

A temperatura mais baixa possível no universo é de $-273,16\text{ }^{\circ}\text{C}$, enquanto não existe um limite superior para o calor, que pode atingir vários milhões de graus. Estes números, embora impressionantes, assumem um significado totalmente diferente quando consideramos a fragilidade do ser humano face a estes extremos. Na realidade, o nosso limite de tolerância é incrivelmente estreito: entre aproximadamente $5\text{ }^{\circ}\text{C}$ e $35\text{ }^{\circ}\text{C}$, uma exposição prolongada pode já tornar-se fatal. Certamente, o ser humano pode sobreviver a temperaturas bem mais baixas ou mais elevadas — mas apenas por curtos períodos e sob condições específicas, como um controlo rigoroso da humidade ou da circulação de ar.

Este facto sublinha uma verdade fundamental: mesmo sem ser um fervoroso defensor da ecologia, é evidente que modificar o nosso ecossistema sem precaução não é uma ideia sensata. Estamos a lidar com variáveis muito além do que a nossa biologia pode tolerar a longo prazo, colocando em risco a nossa sobrevivência num ambiente cujo equilíbrio é frágil.

Um grande risco, de facto? Não estaremos a ser alarmistas? Afinal, outras espécies de corais poderiam talvez substituir aquelas que desaparecem. E se o aquecimento global fosse, na verdade, menos influenciado pela atividade humana do que os nossos cientistas defendem? Estas questões, legítimas e necessárias, também as coloquei, como qualquer cético que procura compreender antes de concluir.

Mas, à medida que refletia, uma verdade tornou-se clara: pouco importam as respostas exatas a estas perguntas. A constatação, essa, é imutável. O que divide os céticos não é tanto o conteúdo das conclusões científicas, mas o timing: quão urgente é a situação? Quanto tempo temos realmente para agir? Estas nuances não alteram a gravidade do problema, nem a necessidade de o enfrentar com seriedade e ambição.

Vou, então, retomar a minha linha de pensamento e colocar aqui o que se torna uma segunda questão, tão fundamental quanto a primeira já desenvolvida: não existe uma parte significativa da população mundial que, na verdade, não se importa com a sobrevivência da nossa espécie? Para não vos perder em abstrações, tomemos um exemplo concreto que ilustra porque esta pergunta é tão central neste livro: como é possível falar sobre a sobrevivência da humanidade, sobre a sobrepesca ou sobre a poluição a uma pessoa que vive em situação de malnutrição e abaixo do limiar da pobreza? Quando as necessidades primárias, como alimentar-se ou sobreviver diariamente, não são satisfeitas, estas grandes questões globais podem parecer distantes, quase desconectadas da sua realidade.

Segundo as últimas estimativas da OMS, nada menos que 3 mil milhões de pessoas no mundo não têm capacidade de usufruir de uma alimentação saudável. Na África Subsaariana e no Sul da Ásia, isso representa 57% da população. Perante esta realidade, é natural que a sobrevivência da espécie humana só encontre eco para esses indivíduos se for indissociável da sua própria sobrevivência imediata. A sua prioridade não é pensar no futuro da humanidade, mas simplesmente subsistir no presente. Assim, cerca de metade da população mundial pode não se sentir desesperada perante a ideia da extinção futura da nossa espécie, simplesmente porque está, logicamente, muito mais preocupada com os desafios da sua própria sobrevivência no presente.

Paralelamente a estes “despreocupados coerentes”, existe sem dúvida outra categoria de indivíduos para quem a sobrevivência da espécie humana simplesmente não é uma prioridade. Todos já ouvimos, e talvez até pronunciámos, esta frase despreocupada: *“De qualquer forma, eu já cá não estarei.”* Embora muitas vezes dita num tom leve, quase humorístico, ela levanta uma questão perturbadora: não existe sempre uma parte de verdade por trás de cada piada? Esta insensibilidade, voluntária ou não, reflete uma desconexão com os desafios de longo prazo que merece ser examinada mais de perto.

Chego, assim, à linha de resposta que estrutura a minha obra: a falta de exigência, um conceito que já mencionei. A meu ver, ela é a raiz da maioria dos males do nosso planeta e encontra a sua origem numa verdade simples: não somos imortais.

A perspectiva da morte desresponsabiliza uma grande parte da população mundial, enquanto a vida corrompe uma grande outra parte.

No meu caso, tenho a pretensão de pensar que não me enquadro em nenhuma destas duas categorias, por razões simples: quando me demonstram que o nosso modo de funcionamento atual ameaça a sobrevivência da nossa espécie, confirmo ser capaz de mudar os meus hábitos. Da mesma forma, quando me provam que negligenciar a minha saúde pode ter consequências graves, faço o necessário para remediar isso.

Tão incrível quanto possa parecer, quando me expõem argumentos claros e fundamentados em provas, seja sobre a sobrevivência da espécie ou da minha própria existência, levo-os em consideração e ajo em conformidade. Acredito firmemente que todos deveriam ter esta capacidade: tomar consciência da sua vida, da sua alimentação, das suas escolhas e dos seus impactos. No entanto, estas mudanças devem começar imperativamente nas partes do mundo mais favorecidas, onde os meios de ação já existem, para depois serem pensadas e aplicadas numa escala global.

A mudança não deve ser imposta ou obrigatória. Deve emergir de uma consciência mundial, de um despertar coletivo no qual acredito profundamente. Mas, para o alcançar, é essencial questionar um grande número de crenças, muitas vezes totalmente erradas, que muitos continuam a considerar como verdades absolutas apenas porque existiam no momento do

seu nascimento. Estas ideias, enraizadas no nosso legado cultural e familiar, merecem ser revisadas com um olhar crítico.

Também gostaria de lembrar um facto perturbador: as gerações recentes são responsáveis por invenções capazes de destruir, em poucos minutos, toda a vida na Terra. Isso leva-me a uma reflexão pessoal: aprendi a considerar com cautela os feitos dos nossos pais e avós. Não se trata de rejeitar o seu legado, mas de um convite a não sacralizar ideias ou práticas apenas porque nos foram transmitidas. Tudo merece ser reavaliado à luz dos desafios e conhecimentos atuais.

O sofrimento como desculpa para a lógica.

Desde sempre, os seres humanos sofreram e reagiram principalmente por instinto de sobrevivência. Durante muito tempo, a fome e o frio foram as duas principais fontes de sofrimento, moldando os nossos comportamentos e prioridades. Mas, há várias décadas, um outro tipo de sofrimento surgiu: o sofrimento psicológico. Embora possa parecer menos tangível do que o sofrimento físico, não é menos temível. Aos que o consideram secundário ou insignificante, coloco uma pergunta simples: alguma vez refletiram sobre o número de suicídios que este sofrimento provoca, todos os anos, e sobre o quão pouco parece preocupar a nossa sociedade?

Uma das explicações mais racionais para a reprodução humana reside na sobrevivência da espécie. Ironia das ironias, essa mesma sobrevivência está hoje ameaçada pelos nossos próprios modos de vida, enquanto as ações para remediar isso continuam desesperadamente tímidas. Isso levanta uma questão intrigante: e se a reprodução não fosse tanto um mecanismo de sobrevivência, mas antes uma forma de o ser humano se confortar face à sua vulnerabilidade? Afinal, a união faz a força. Esta hipótese, pouco poética, parece corroborada pelas políticas que promovem a reprodução, não para preservar a humanidade, mas por razões puramente económicas e sociais. Estas políticas visam sustentar o crescimento, manter sistemas sociais essenciais e garantir a continuidade de um modelo económico.

Essas conquistas sociais, é preciso reconhecer, são valiosas. Não gostaria de as ver reduzidas, pois, como muitos, sou grato por viver num sistema que me permite alimentar-me, cuidar da minha saúde, aquecer-me e ter um teto. No entanto, esta reflexão levou-me a outra questão fundamental: quantos habitantes pode realmente suportar a Terra se o objetivo é que todos vivam acima do limiar da pobreza tal como hoje o definimos? Apesar de pesquisas aprofundadas, não encontrei nenhum estudo sério — nem mesmo especulativo — que ofereça uma resposta clara a esta questão crucial.

Esta pergunta parece-me essencial. A resposta ao número ideal de habitantes variará sem dúvida ao longo das épocas, mas uma interrogação parece evidente: quando ultrapassaremos esse limite? Os balanços que podemos fazer das evoluções do último século estão longe de ser encorajadores. Parece até que o período entre os anos 1930 e 1980 poderia ser considerado como um dos semicírculos mais sombrios da história da humanidade. Esta constatação não se baseia apenas nas atrocidades vividas durante essa época, mas também nas suas repercussões a longo prazo, que continuam a afetar não apenas os seres humanos, mas potencialmente quase todas as espécies vivas na Terra.

Certamente, realizámos avanços significativos em áreas como a medicina, mas esses progressos, embora importantes, parecem insignificantes face aos problemas maiores que criámos. Pior ainda, parece que insistimos nesses erros com uma despreocupação que só pode inquietar. Esta contradição entre a nossa capacidade de inovar para o bem comum e a nossa teimosia em persistir em práticas destrutivas é um dos desafios mais preocupantes do nosso tempo.

Pergunto-me frequentemente sobre esta estranha contradição: como é que conseguimos enviar seres humanos à Lua, mas somos incapazes de encontrar uma fonte de energia limpa e sustentável?

Os setores da alimentação, do nuclear, da energia ou até da construção civil ilustram perfeitamente a nossa incapacidade de desenvolver soluções à altura dos desafios. A título pessoal, sou formado com um Mestrado em Negociação de Negócios Internacionais, e em breve de um Mestrado em Direito, após mais de 15 anos de estudos. Falo quatro línguas e, no entanto, aos 38 anos, ainda não posso afirmar com certeza que conheço as bases de

uma alimentação verdadeiramente saudável para o ser humano. Este paradoxo vai muito além da minha situação alimentar: manipulamos produtos radioativos sem saber como gerir os seus resíduos, que acumulamos em condições cada vez mais absurdas. Alguns destes resíduos necessitam de mais de 100 000 anos para perder a sua radioatividade, e, mesmo assim, continuamos a utilizar esta fonte de energia que mal dominamos.

O gás, o carvão, o petróleo, o betão... Estas matérias-primas e materiais colocam igualmente problemas profundos que apenas transferimos para as gerações futuras, sem um verdadeiro plano para os resolver. Pergunto-me, por vezes, se não falhámos simplesmente no essencial ao longo deste último século. E por trás de todas estas incoerências, surge um conector lógico: a obsolescência programada. Este princípio, que privilegia a produção rápida e a utilização limitada a curto prazo, parece ter contaminado não apenas os nossos produtos, mas também a nossa forma de pensar o futuro.

A consciencialização global deve transcender fronteiras, culturas e religiões. Não podemos mais desresponsabilizar-nos nem refugiar-nos atrás da inação dos nossos governos para escapar à nossa própria parcela de culpa no estado atual do mundo. É certo que herdamos um legado pesado e tóxico: os erros dos nossos predecessores, os traumas não resolvidos e os conflitos persistentes que, em muitos aspetos, parecem triviais face ao grande desafio do nosso tempo. Este capítulo não trata apenas da sobrevivência da nossa espécie, mas também, se possível, dá de inúmeras outras formas de vida com as quais partilhamos este planeta.

Sempre considerei a curiosidade como o fundamento da inteligência humana. Ela está na origem de progressos extraordinários, mas também de tragédias. Contudo, uma pergunta assombra-me: como conseguimos globalizar descobertas que não dominávamos totalmente? Pior ainda, como conseguimos transformar algumas descobertas fantásticas em verdadeiras catástrofes? O exemplo trágico de Marie e Pierre Curie ilustra perfeitamente esta contradição. O seu trabalho, inicialmente dedicado ao progresso científico, abriu caminho a aplicações cujas consequências, frequentemente desastrosas, ultrapassam tudo o que poderiam imaginar.

Evidentemente, do ponto de vista filosófico, é sempre possível questionar os fundamentos de todas as ideologias. No seguimento das questões sobre a necessidade de perpetuar a vida na Terra, alguns poderiam argumentar que apenas o momento presente importa verdadeiramente. Afinal, o sucesso do homem poderia também medir-se pela sua capacidade de viver plenamente e de otimizar a sua vida num instante específico, sem se preocupar com as consequências para o futuro. Outros poderiam ir ainda mais longe, afirmando que as noções de bem e mal são demasiado subjetivas e vagas para servirem de bússola nas nossas decisões coletivas.

Elaborei, no entanto, uma “teoria” que, a meu ver, responde eficazmente a estes argumentos rocambolescos que pretendem que tudo é sujeito a interpretação, que cada indivíduo tem a sua própria visão do mundo, e mais particularmente do Bem e do Mal. Esta teoria, embora simples, oferece uma base sólida para navegar nesta pluralidade de perspetivas, ultrapassando as divergências individuais para abordar princípios universais.

Tomemos o exemplo da limpeza. Existe uma parte da população que dá grande importância a viver num ambiente limpo, e outra que se preocupa muito menos com isso. À primeira vista, poderia concluir-se que se trata apenas de uma divergência de opiniões, sem que seja possível determinar qual o ponto de vista mais “correto”. No entanto, uma observação interessante surge: uma pessoa preocupada com a limpeza sentir-se-á desconfortável num ambiente sujo, enquanto uma pessoa indiferente à limpeza sentir-se-á igualmente à vontade num ambiente limpo. Isso demonstra que alguns valores, mesmo quando parecem pessoais, têm um impacto universal.

Tomemos outro exemplo: o adultério. Se algumas pessoas relativizam esta situação, outras desmoronam-se quando são vítimas dele. No entanto, quer se seja compreensivo ou devastado, é raro que alguém se revolte contra a fidelidade em si. Da mesma forma, no caso do roubo, há ladrões e há roubados, mas ninguém aprecia ser privado dos seus bens.

Este exercício, ilustrado aqui por três exemplos simples, pode ser aplicado a um número infinito de situações, sejam elas debates mundiais de grande envergadura ou questões do nosso quotidiano. Estes casos evidenciam uma verdade fundamental: alguns valores

transcendem as opiniões individuais e revelam princípios comuns que merecem ser explorados e defendidos.

É imperativo repensar os nossos argumentos e a liberdade que concedemos a alguns dos nossos atos sob o pretexto de visões do mundo supostamente diferentes, que muitas vezes não o são. As causas dos grandes problemas do nosso tempo não residem nas opiniões individuais, mas numa realidade simples: somos quase 8 mil milhões neste planeta, e, no entanto, são apenas algumas milhares de pessoas que ditam as regras.

Ainda assim, cada um de nós tem um papel a desempenhar. É crucial que nos responsabilizemos coletivamente e participemos ativamente nas escolhas que moldarão o nosso futuro. Não podemos mais limitar-nos a criticar o sistema em vigor utilizando termos impessoais como “nós”, “as pessoas”, “o governo” ou “as mídias”, enquanto continuamos a acomodar-nos sem agir para o transformar. A crítica, por si só, nunca esteve na origem das grandes evoluções humanas. É a ação, acompanhada de contributos construtivos e soluções, que muda o rumo dos acontecimentos.

É neste espírito que tomei uma decisão importante: apresentar-me às próximas eleições presidenciais portuguesas. Este livro, que têm nas mãos (ou no seu dispositivo), não é apenas uma coletânea de reflexões. Poderia ser considerado uma introdução singular à minha visão de mundo, um prelúdio para um programa atípico que emerge do autoconhecimento e da partilha de ideias, na construção de um futuro melhor que desejo idealizar convosco.

Estou plenamente consciente das críticas que enfrentarei. Contudo, nos últimos cinco anos, tive o tempo necessário para analisar um grande número de problemáticas principais que afetam uma nação atualmente. Entre elas: a justiça, os desafios ambientais, as instituições do Estado, os impostos e taxas, a questão das drogas e, sobretudo, a preocupante ascensão do extremismo. Este último ponto, em particular, ameaça cada vez mais as nossas democracias, enfraquecendo-as e prejudicando profundamente os seus alicerces.

Enquanto um dos pioneiros do “novo” setor do cânhamo industrial — uma planta muitas vezes reduzida a uma das suas moléculas, o CBD —, tive de enfrentar violações das minhas liberdades humanas fundamentais. Estas dificuldades assumiram mesmo a forma de três acusações de tráfico de droga pela comercialização de produtos que, no entanto, são e sempre foram autorizados em toda a União Europeia.

Abordarei noutro capítulo o setor do cannabis na sua globalidade, bem como o projeto de lei que estou a desenvolver sobre a legalização do cannabis em Portugal, um tema que desejo ver submetido a referendo. Contudo, parece-me essencial, desde este primeiro capítulo, mencionar uma problemática bem mais ampla. Para além da corrupção ou da falta de competência de alguns altos funcionários, o verdadeiro problema reside na falta de organização e controle das instituições estatais. Estas disfunções minam um dos princípios fundamentais de qualquer democracia: um Estado capaz de garantir uma administração eficaz e coerente.

Após ter enfrentado várias acusações ao longo dos últimos quatro anos, considero que é meu dever mais fundamental, enquanto cidadão, candidatar-me à Presidência da República. A minha démarche não é motivada pelo salário, que faço aqui o compromisso de doar integralmente a uma instituição de caridade, nem pelas minhas atividades profissionais, das quais já me desliguei em Portugal. Não há demagogia nesta declaração. Desde muito jovem, sempre soube que, mais cedo ou mais tarde, me voltaria para funções políticas, e prometi a mim mesmo nunca aceitar remuneração por este compromisso.

Espero que esta iniciativa inspire os futuros presidentes, pois, na minha opinião, uma pessoa que necessite deste salário não tem lugar numa função tão crucial. A ausência de tentação material é essencial neste papel, onde a integridade deve prevalecer acima de tudo. Além disso, como constatei nas minhas interações com os partidos políticos nos últimos anos, é imperativo que aqueles que escolhem envolver-se na política renunciem completamente ao mundo dos negócios. Isto não é um discurso populista, mas uma convicção profunda:

Quando os interesses políticos e económicos se confundem, as mentes daqueles que os sustentam também se confundem.

Esta separação é essencial para restaurar a confiança nas nossas instituições e garantir decisões tomadas no interesse geral. Não podemos mais limitar-nos a criticar um sistema e os seus limites. É precisamente por esta razão que desejo oferecer o meu contributo. A minha iniciativa não é motivada por uma qualquer sede de poder, mas pela vontade sincera de contribuir para uma mudança necessária. É essencial ajudar a restaurar a consciência do papel que cada um, instituições e cidadãos, deve desempenhar na construção do nosso futuro comum. Hoje, o vínculo entre estas duas entidades, que deveria ser fundamental, desapareceu há muito. É urgente recriá-lo.

Esta reflexão leva-me a uma prioridade absoluta: dar de novo sentido à política. A política, na sua essência, não é nada menos do que a organização da vida dentro da comunidade. Esta definição, embora óbvia, parece ter sido esquecida no tumulto das ambições individuais e dos interesses partidários. Recontextualizar o que significa realmente a política é um passo crucial para restaurar a confiança e a esperança nos nossos concidadãos.